



Relatório nº 7/2026/DIRFACED/FACED

Processo nº 23117.041893/2022-55

Interessado(s): Docentes, TAEs, Discentes, Colaboradores

Relatório de Gestão (Quadriênio 2022-2026)

1. Introdução e Contextualização

“Mas é preciso ter força, é preciso ter raça

É preciso ter gana sempre...”

(Maria, Maria

(Composição: Milton Nascimento / Fernando Brant)

A caminhada institucional de uma gestão universitária muitas vezes exige resiliência, coragem e perseverança frente aos desafios cotidianos, atitudes traduzidas com maestria poética, na letra de Milton Nascimento e Fernando Brant e voz de Elis Regina ao nos lembrar que “*é preciso ter força, é preciso ter raça / É preciso ter gana sempre...*”. E foi inspirada por essa postura de permanente compromisso e enfrentamento, que este documento se apresenta não apenas como dever administrativo, mas como ato político de prestação de contas e diálogo transparente com a comunidade que, em 2022, nos confiou a gestão da Faculdade de Educação - FACED.

Nesse sentido, este relatório reflete sobre as ações concretizadas e, de forma aberta e transparente, aponta os projetos que não puderam ser iniciados ou concluídos, assegurando o direito coletivo à informação e à avaliação institucional. Mais do que cumprir uma exigência formal, o documento busca fortalecer o diálogo contínuo com todos os segmentos acadêmicos.

Essa postura relaciona-se ao entendimento de Araújo (2009), para quem a transparência é um princípio democrático que confere credibilidade ao espaço público e, de certa forma, previne o uso indevido da máquina estatal. Segundo o autor, esse princípio pressupõe a participação ativa da comunidade no cotidiano da instituição por meio da socialização de informações.

Ao darmos visibilidade aos dados institucionais e efetivar as ações da Carta-Programa, documento que norteou nossa gestão de setembro de 2022 a agosto de 2026, reafirmamos a FACED como um espaço de resistência onde o interesse público deve preceder as vontades individuais. Os dados e sínteses apresentados ao longo deste relatório refletem esse compromisso político e operacional:

- **Dimensão Deliberativa e Participativa:** O arcabouço de decisões e a dinâmica democrática da unidade estão demonstrados na **Tabela 1** (*Relatório consolidado de deliberações do CONFACED por período e natureza: 2022-2026*) e na **Tabela 2** (*Assembleias da FACED: quantitativos, pautas e encaminhamentos*), que evidenciam o engajamento da comunidade acadêmica nos rumos da faculdade.
- **Articulação Acadêmica e Institucional:** A coordenação pedagógica e a inserção da FACED no contexto amplo da universidade são detalhadas na **Tabela 3** (*Planejamento/Reuniões com coordenadores(as) de cursos e programas*) e na **Tabela 4** (*Atuação no Nível Institucional - UFU*).
- **Trabalho Administrativo e Responsabilidade Orçamentária:** A sustentação material e a transparência do fluxo de trabalho contínuo são explicitadas na **Tabela 5** (*Síntese da Carga Operacional Administrativa - SEI*), bem

como no controle dos recursos públicos apresentado na **Tabela 6** (*Panorama geral da execução orçamentária da FACED: 2022-2026*) e na **Tabela 7** (*Detalhamento do planejamento e distribuição orçamentária da FACED: 2022-2026*).

A democracia que defendemos não é meramente formal ou abstrata, ela se materializa na prática cotidiana da transparência, na prestação de contas rigorosa e na abertura para a mediação coletiva dos conflitos. É nessa práxis que se sustentam os pilares de uma gestão democrática, comprometida com a transformação e com a defesa de uma universidade pública, gratuita, laica e de excelência acadêmica e social.

2. Do compromisso coletivo à realidade concreta: a Carta-Programa como horizonte e balanço das ações (2022-2026)

A gestão democrática relaciona-se intrinsecamente com a organização do trabalho e a administração institucional pautadas na participação coletiva e na construção compartilhada. Para tanto, faz-se necessário, conforme aponta Araújo (2009), ampliar ou criar canais de participação dos sujeitos, afirmando a instituição como espaço público de cidadania. Sob essa ótica, o fortalecimento dos órgãos colegiados, das instâncias deliberativas e das representações estudantis constitui-se como espaço fundamental de diálogo, cooperação, planejamento e busca coletiva por soluções para os desafios que se apresentam cotidianamente.

Portanto, buscamos ao longo da gestão, com base nesses princípios, avançar na consolidação da integração na FACED, superando dinâmicas centralizadoras ao garantir o espaço coletivo e a participação deliberativa em diferentes tempos-espacos da nossa organização institucional. Isso se materializou no fortalecimento do fluxo constante de informações e na consolidação da corresponsabilidade nas decisões colegiadas, mantendo canais permanentemente abertos para o diálogo e resolução conjunta das demandas ao longo dos quatro anos de gestão. Nesse cenário, **a manutenção da fluidez nos fluxos de trabalho dos setores e da secretaria**, diretamente ligadas à FACED, revelou-se como compromisso essencial para garantir a continuidade institucional e o respeito à comunidade acadêmica.

Entretanto, em muitos momentos a gestão foi atravessada por dificuldades. Nesse sentido, é importante destacar dois períodos que, de certa forma, colocaram à prova a realização do trabalho administrativo. O primeiro, em 2024, durante o período da greve dos Técnicos-Administrativos em Educação (TAEs). Na ocasião, enquanto a gestão superior mantinha um ritmo intenso de demandas com impacto direto nas Unidades Acadêmicas, a secretaria da Direção contava apenas com uma colaboradora terceirizada, que havia acabado de chegar à instituição.

Diante dessa realidade complexa, nos orientamos na gestão pelo princípio da responsabilidade pública, mantendo o respeito ao direito constitucional de greve dos(as) servidores(as). Para isso, com transparência e discernimento ético, organizamos um planejamento para que os fluxos administrativos essenciais não parassem. Foram selecionadas como prioritárias apenas as demandas de extrema urgência, enquanto as questões de rotina foram organizadas para serem atendidas após a fim da greve.

No movimento concreto da vida universitária, essa dinâmica gerou contradições inevitáveis. Se, por um lado, no primeiro momento surgiram ruídos que pareciam sinalizar um desalinhamento com o movimento, por outro, o acúmulo de atividades que seguiu, escancarou a centralidade e a importância dos técnicos-administrativos para o funcionamento da Unidade. Por isso, ao longo dos 4 meses de greve, buscamos mediar tais tensões, reafirmando o compromisso da gestão com a legalidade, o respeito à luta coletiva da categoria e a defesa do patrimônio público de forma que não minimizasse a unilateralidade das decisões e tensões geradas, mas que corroborasse com o processo de construção democrática da gestão com e para todos os segmentos da FACED.

A dinâmica de superação desses desafios estendeu-se até 2025, período de intensa **reestruturação pelo qual passou a secretaria da Direção**. Sob a perspectiva da valorização do(a) trabalhador(a), testemunhamos a legítima ascensão profissional de servidoras que, após quase uma década de dedicação à Unidade, assumiram cargos de maior projeção. Contudo, essa transição necessária gerou contradição concreta, pois a secretaria vivenciou instabilidades e constantes recomeços entre fevereiro de 2005 e março de 2026.

Foi no enfrentamento dessa fragilidade estrutural que se revelou o papel das trabalhadoras terceirizadas, que assumiram e garantiram as rotinas da FACED. Contudo, a busca legítima dessas profissionais por melhores condições salariais, gerou alta rotatividade de pessoal, exigindo da gestão e da equipe um processo contínuo de formação das trabalhadoras que chegavam.

Essa dinâmica trouxe à tona a dupla dimensão de, se, por um lado, o ciclo constante de trocas

sobrecarregou ainda mais o trabalho na secretaria, por outro, abriu espaço essencialmente formativo no chão da Universidade, reafirmando a função social e pedagógica da FAGED no acolhimento dessas profissionais. No entanto, essa experiência acendeu o alerta político, a dependência e a rotatividade do trabalho terceirizado expõem as marcas da precarização e trazem receios quanto à preservação do caráter público, estável e autônomo da Universidade.

Acreditamos que o crescente avanço da privatização e da terceirização na educação como um todo e, especialmente no ensino superior público materializa-se de inúmeras formas nas Universidades Federais. Se antes restrita às atividades de infraestrutura, essa dinâmica hoje alcança a gestão de processos centrais, o suporte administrativo e a manutenção de serviços essenciais. Ao transferir a realização dessas rotinas para empresas privadas e precarizar os vínculos de trabalho, essa lógica contribuiu para a constante rotatividade de colaboradores, fragiliza a memória institucional, compromete a continuidade de serviços essenciais à comunidade acadêmica e submete a autonomia universitária às lógicas do mercado por meio da privatização e terceirização (Souza, 2024).

Essa realidade, vivenciada tanto no tensionamento da greve em 2024 quanto na reorganização administrativa de 2025, exigiu da gestão postura de acolhimento pedagógico, traduzida em processos intensos de formação e acompanhamento mais intenso das rotinas. O horizonte de estabilidade institucional começou a se consolidar a partir de novembro de 2025, com o provimento de uma vaga, seguido pelo preenchimento das demais nos primeiros meses de 2026. O **ingresso de 3 novos TAEs** inaugurou novo ciclo formativo, agora respaldado pela perspectiva de permanência e continuidade que a estabilidade do cargo efetivo é capaz de assegurar ao serviço público.

É importante demarcar que essa travessia só se tornou viável pela maturidade e compromisso político da comunidade acadêmica. Ao compreender os limites e os desafios do momento, em diversas situações, diferentes colegas e, especialmente as coordenações dos Cursos de Pedagogia, Jornalismo e dos Programas de Pós-graduação da Faculdade (PPGED e PPGCE), atuaram em co-responsabilidade com a Direção, demonstrando que a gestão democrática se efetiva, na prática, pela cooperação e pela defesa coletiva da FAGED.

Para além da **reorganização dos fluxos administrativos e do acolhimento das demandas**, o trabalho da gestão exigiu avançar na perspectiva do estímulo à participação institucional e a politização dos espaços de tomada de decisão. Longe de se restringir ao incentivo formal, atuamos ativamente para garantir a presença qualificada de docentes, técnicos-administrativos e discentes nas instâncias deliberativas da FAGED.

Essa diretriz materializou-se na centralidade conferida às assembleias, reuniões de Núcleos e do Conselho (CONFAGED), espaços previstos no regimento da Unidade e vivenciados como instâncias legítimas de debate público e disputa democrática. Foi por meio do **exercício contínuo de escuta e negociação** que a FAGED enfrentou pautas estruturantes e historicamente complexas para seu planejamento institucional.

Esse processo culminou na consolidação de Resoluções decisivas, como a **pactuação de critérios transparentes e impessoais para a alocação de vagas docentes**, marco fundamental para arrefecer conflitos históricos ao substituir disputas pelo planejamento público, além da **criação e regulamentação do Laboratório de Educação Especial e Inclusiva**, do **Plano de Extensão (PEX) da Unidade** e da **Atualização da Resolução de Consulta Eleitoral no âmbito da Faculdade de Educação**.

Paralelamente, aconteceram debates abertos sobre a **curricularização da extensão** nos cursos de graduação, o uso ético da **Inteligência Artificial**, os **rumos da Educação a Distância (EaD)**, as ações ampliaram o conhecimento coletivo e fundamentaram a tomada de decisões na Unidade. Reafirmando essa política de valorização da identidade e da trajetória da Faculdade, encontra-se em curso a criação do **Centro de Documentação, Memória e Educação** da FAGED, reafirmando que a preservação da nossa história é um ato político de compromisso contínuo com a universidade pública.

Como desdobramento desse processo participativo, a atuação do Conselho da Faculdade de Educação (CONFAGED) consolida a estrutura organizacional e deliberativa da Unidade. Longe de figurar como espaço meramente burocrático ou de simples homologação, o **CONFAGED constitui-se como expressão da soberania acadêmica**, congregando de forma representativa os diferentes segmentos da instituição. Sob a perspectiva da **gestão democrática**, o colegiado supera a condição de mero canal consultivo para afirmar-se como instância de deliberação política, espaço no qual a comunidade universitária, por representação, decide sobre os rumos administrativos e pedagógicos da FAGED, efetivando o controle social e a participação preconizados pela legislação educacional (Brasil, 2004).

Nesse arranjo, a figura do conselheiro assume centralidade ética e política incontornável, refletida na própria arquitetura do Conselho. De um lado, integram o órgão, como membros natos, pessoas diretamente responsáveis pela condução acadêmica e de inserção social da Unidade, as coordenações dos cursos de graduação, dos programas de pós-graduação, da extensão e dos Núcleos Temáticos. De outro, a pluralidade do colegiado consolida-se na representação direta de docentes, discentes e técnicos-administrativos, democraticamente escolhidos por suas categorias. Investido do mandato de exercer funções consultivas, deliberativas e normativas (Antunes, 2016), cada conselheiro carrega a responsabilidade de qualificar as decisões institucionais em nome do segmento que o legitimou.

Dessa forma, os Núcleos Temáticos, longe de figurarem instâncias isoladas, constituem a própria base da estrutura e da existência acadêmica da Unidade, conforme estabelece o Art. 77 do Regimento Interno (Resolução CONSUN nº 21/2021). A organicidade do CONFACED depende, portanto, do princípio democrático desses núcleos e da disposição de seus membros em ocupar tais espaços. Consequentemente, a escolha dessas coordenações e representantes ultrapassa o mero cumprimento de um encargo burocrático, afirma-se como um ato político de sustentação do próprio princípio democrático da universidade.

É precisamente nessa articulação que reside uma contradição central. A despeito do arcabouço normativo e do fortalecimento das instâncias democráticas, a efetivação da participação plena ainda enfrenta barreiras cotidianas, seja por visões estruturais ou restritas do ato de participar, seja pela sobreposição de projetos individuais que, de certa forma, fragilizam o trabalho coletivo.

Sob esse horizonte de responsabilidade pública, nos posicionamos de forma a **enfrentar as dificuldades na ocupação das funções de representação interna**. Entendemos que a hesitação ou a falta de indicação de coordenações nos Núcleos Temáticos gera um duplo prejuízo, pois paralisa as atividades essenciais de discussão na base e, de forma ainda mais severa, pode prejudicar os fluxos do CONFACED, fragilizando a representatividade do segmento no órgão máximo.

Acreditamos que, para a gestão compartilhada não se reduzir a um conceito abstrato, a alternância e o engajamento nessas funções precisam ser guiados por critérios coletivos, objetivos e transparentes. Afinal, a legitimação das decisões que definem os rumos da Faculdade de Educação exige superar o desgaste individual e **reafirmar o compromisso com o espaço público**, onde a figura do conselheiro se consolida como agente político indispensável na defesa da Faculdade e da Universidade pública.

Diante desse impasse, o horizonte que se projeta exige reforçar continuamente a dimensão pública da instituição e **reafirmar a faculdade e suas instâncias colegiadas como territórios vivos de decisão coletiva**. Trata-se de envolver um número cada vez maior de sujeitos nos processos de debate e qualificação da Unidade, multiplicando os espaços de deliberação democrática e repolitizando a educação e seus sujeitos (Barroso, 2005). É no adensamento dessa práxis participativa que se constrói, afinal, um conceito de qualidade socialmente referenciada, verdadeiramente comprometido com a transformação da realidade e com a vida dos discentes, técnicos(as) administrativos e docentes que compõem a FACED e a UFU.

Na continuidade desse compromisso com a práxis democrática, essa mesma postura de acolhimento e mediação balizou o eixo de "Apoio à Representação Estudantil e Mediação de Conflitos". Longe de adotar uma perspectiva punitiva, burocrática ou tuteladora, buscamos **garantir apoio efetivo à representação discente**, por meio do fomento de canais horizontais de escuta com o segmento, compreendendo que divergências e tensionamentos são constitutivos de um espaço plural e politizado como a Universidade pública.

Cumprе demarcar, contudo, que os conflitos vivenciados não se restringiram ao corpo estudantil. Pelo contrário, manifestaram-se em dimensões diversas, incluindo atritos nas relações pedagógicas entre docentes e discentes, questionamentos legítimos sobre os fluxos institucionais e disputas atinentes ao uso e à ocupação do espaço físico da Unidade.

Frente à complexidade desses cenários, a atuação voltou-se à **consolidação de uma cultura de corresponsabilidade**, na qual o conflito foi compreendido não como entrave, mas como oportunidade de aprimoramento democrático e pactuação coletiva. Ao **institucionalizar o diálogo** em detrimento do silenciamento, intentamos **assegurar que as demandas fossem processadas com transparência e respeito** à dignidade dos sujeitos. Essa mediação horizontal permitiu que a FACED superasse seus tensionamentos cotidianos coletivamente, reafirmando o ambiente acadêmico como território vivo de aprendizado político, tolerância e construção partilhada do espaço público.

Essa **perspectiva de escuta e mediação** encontra respaldo teórico nas contribuições de Bordenave (1983), para quem a participação depende de condições objetivas e relacionais no âmbito coletivo. Entre esses fatores, o autor destaca a transparência das informações, o conhecimento mútuo entre os sujeitos e a existência de mecanismos que permitam à comunidade reconhecer os impactos de suas ações coletivas. Além disso, Bordenave (1983) assinala a influência da dimensão do grupo sobre o engajamento de seus membros e enfatiza o diálogo verdadeiro, compreendido como o exercício de empatia, respeito às divergências e disposição política de buscar a igualdade entre as partes.

É precisamente no adensamento desse diálogo e da participação que se assenta a construção de uma qualidade socialmente referenciada. Como apontam Sordi *et al.* (2005), a qualidade é um valor necessariamente expresso por múltiplos sujeitos e segmentos da comunidade acadêmica, a partir de suas dinâmicas e lógicas particulares. Compreender e explicitar essas bases requer, portanto, garantir espaços institucionais onde as vozes possam emergir, negociar e pactuar os rumos da instituição de forma democrática.

A experiência concreta no exercício da gestão revela, contudo, que a adesão teórica aos princípios democráticos encontra barreiras no plano das práticas concretas. Como adverte Gadotti (2014), a mera existência de canais formais de controle social é insuficiente quando desacompanhada das condições materiais e da disposição subjetiva para o trabalho coletivo. Na FAGED, o desafio de **viabilizar a presença ativa dos diferentes segmentos nos espaços decisórios** esbarra frequentemente na tensão entre o projeto institucional e as lógicas individuais. Superar essa contradição exige compreender a democracia não como um evento episódico ou formal, mas como um princípio inegociável, cuja efetivação depende também da disposição de cada sujeito para o exercício do bem comum.

Acreditamos que é na práxis cotidiana que a democratização revela a sua real complexidade (Paro, 2016). Dessa forma, a prática da gestão revelou as complexidades de traduzir a defesa do bem público nas decisões do dia a dia, onde os interesses individuais também ganham peso. Uma faculdade pautada por princípios democráticos inviabiliza-se quando a ação dos sujeitos permanece fragmentada. A democracia ganha força justamente no exercício da negociação do comum, processo que exige mover-se da dimensão individual para a responsabilidade social pela totalidade da instituição. Embora condicionantes estruturais, muitas vezes, operaram no sentido do isolamento, **buscamos ressignificar momentos de tensão em oportunidades de aprendizado político**, sustentada na premissa de que a verdadeira autonomia exige poder, recursos e, fundamentalmente, compromisso com a decisão coletiva (Barroso, 2005).

Sob a perspectiva de Lima (2001), entendemos que a articulação entre autonomia e descentralização pressupõe a mediação ativa entre as instâncias de base e o órgão máximo. Nesse sentido, a exigência regimental de ocupação das funções de gestão na FAGED evidencia uma **contradição entre a norma e a práxis**. De um lado, manifesta-se no desgaste de uma rotina burocrática sufocante, que exigiu da Direção posições firmes e estrito compromisso com a legalidade; de outro, constitui o meio concreto para deslocar a centralidade decisória da figura dos gestores para os coletivos, ou seja, a descentralização formal esbarra em seu limite prático. Nesse sentido, nos **pautamos na defesa de que a partilha do poder** só se efetiva na realidade concreta quando os sujeitos superam a lógica individual e assumem a mediação dos conflitos em favor do projeto institucional.

Por fim, a superação do individualismo em favor do bem comum, conforme já anunciado, sustenta-se nas categorias de pluralismo e transparência (Araujo, 2009). E foi com base no princípio do pluralismo que reconhecemos a Faculdade de Educação como um espaço vivo de contradição, no qual coabitam visões e interesses antagônicos. Nesse sentido, nossa posição e ação política não camuflaram esse confronto nem o reduziram a divergências pessoais, mas o tomaram como matéria-prima para a construção da síntese política, perspectiva que converge com a formulação de Bobbio (1998) sobre o papel dos múltiplos centros de poder no combate a práticas hegemônicas e corporativistas.

Assim, ao dar visibilidade aos dados institucionais, mediar horizontalmente as disputas e efetivar as ações da Carta-Programa, documento norteador da nossa gestão no período de setembro de 2022 a agosto de 2026, mais uma vez **reafirmamos a FAGED como um território onde o interesse público se sobrepõe às vontades individuais**. É no **exercício dessa transparência e na disposição para a mediação coletiva** que se consolidam as bases de uma **gestão verdadeiramente democrática**, comprometida com a transformação e com o futuro da universidade pública, gratuita, laica e de qualidade.

3. Atuação Institucional e Articulação Política:

A concretização dos compromissos assumidos pela Direção exigiu um trabalho contínuo de presença, mediação e representação política. A intensidade dessa atuação traduz-se no elevado volume de reuniões e agendas acadêmico-administrativas cumpridas ao longo do quadriênio, englobando desde a escuta cotidiana no âmbito local da Faculdade de Educação até a articulação estratégica junto à gestão central da UFU e a representação nacional em fóruns da área. No âmbito interno da FAGED, conforme evidenciamos, o esforço esteve centrado no fortalecimento das instâncias colegiadas, na transparência decisória, no acompanhamento do cotidiano acadêmico e na gestão dos fluxos administrativos.

A materialidade dessa atuação política e administrativa está organizada do seguinte modo:

- **Tabela 1** — Relatório consolidado de deliberações do CONFACED por período e natureza (2022–2026): mapeia as decisões do conselho, evidenciando a centralidade das instâncias colegiadas na pactuação das diretrizes da unidade.
- **Tabela 2** — Assembleias da FAGED (2022–2026): quantitativos, pautas e encaminhamentos: sintetiza a dinâmica deliberativa direta, registrando as reuniões ordinárias, extraordinárias e eleitorais como espaços soberanos de debate e mobilização da comunidade.
- **Tabela 3** — Planejamento/Reuniões com coordenadores(as) de cursos e programas: evidencia o fluxo de articulação pedagógica e gestão acadêmica, ao mesmo tempo em que expõe os desafios, contrapontos e limites estruturais enfrentados no cotidiano.
- **Tabela 4** — Atuação no Nível Institucional (UFU): mapeia a inserção nos órgãos colegiados superiores e comissões centrais da universidade.
- **Tabela 5** — Síntese da Carga Operacional Administrativa (SEI): dimensiona o volume e a complexidade do trabalho técnico-administrativo que dá sustentação material às atividades da Faculdade.

Tabela 1: Relatório

consolidado de deliberações do CONFACED por período e natureza (2022–2026)

Período	Reuniões	Qtd. Total de Processos*	Distribuição Natureza Processos	por dos	Principais Entregas e Destaques Institucionais
Set-Dez 2022 /	7ª a 9ª Reunião	37	Gestão Pessoal/Carreira: 12 Afastamentos e Missões: 6 Projetos de Ensino/Pesquisa/Extensão: 4 Processos Seletivos e Comissões: 4 Bancas e Exames: 3 Ensino e Encargos Didáticos: 3 Recursos do PPGED: 2 Convênios: 1 Editais: 1		Aprovação de missões de trabalho no exterior e convênio internacional Criação do Lab. de Educação Inclusiva e investimento de R\$ 39,2 mil em equipamentos. Regulação do impacto das Atividades de Extensão (ACE) nos encargos docentes, aprovação do Quadro de Demandas e dos Planos de Trabalho 2022/2. Concessão de 11 progressões/promoções, atualização do PQU-FAGED e fixação de critérios para remoção/redistribuição. Edital/Calendário da Pedagogia EAD, exames de suficiência discente, recursos do Doutorado (PPGED) e constituição da Comissão de Revalidação de Diplomas.

Ano de 2023	1ª a 9ª Reunião	33	Licença Capacitação: 7 Eleições / Gestão / Representação: 7 Afastamentos / Pós-Graduação / Pós-Doc: 5 Reestruturações Curriculares (Jornalismo): 4 Normas, Regimentos e Estrutura: 4 Movimentação de Pessoal (TAE): 3 Assuntos Estudantis/ Exame Suficiência: 3	Aprovado o Plano de Qualificação (PQU 2023-2024) e diretrizes de dimensionamento da carreira docente. Reformulação do PPC de Jornalismo e criação do Laboratório de Educação Especial/Inclusiva. Regulamentação de Estágio Supervisionado em Pedagogia (EaD e Presencial) e alteração do regimento do PPGED.
Ano de 2024	1ª a 8ª Reunião	28	Eleições, Editais e Representação: 8 Recursos da Pós-Graduação / Discentes: 6 Docentes Aposentados no PPGED: 4 Licença Capacitação: 3 Afastamentos / Doutorado / Pós-Doc: 2 PPCs / Seletivos / Estágio: 3 Gestão Institucional (PDG): 2	Implantação do Programa de Gestão (PDG) na FAGED. Aprovação do PPC e Fichas Curriculares para a 5ª turma do curso de Pedagogia EaD. Julgamento de recursos admissionais de pós-graduação e defesa contra jubilação discente.
Ano de 2025	1ª a 11ª Reunião	26	Eleições e Consultas Públicas: 7 Licença Capacitação: 6 Afastamentos para Pós-Graduação / Pós-Doc: 3 Normas, Resoluções e Regimentos: 3 Recursos e Solicitações Discentes: 3 Docentes Aposentados / Qualificação: 2 Criação / Estrutura Curricular: 2	Aprovação do Plano de Qualificação dos Servidores (2025-2027) e do Regimento da Revista <i>Educação e Filosofia</i>. Criação do Curso de Aperfeiçoamento em Mentoria de Diretores Escolares. Atualização de resoluções de regimento interno para concessão de licenças/afastamentos.

Ano de 2026	1ª a 6ª Reunião (inclui 1ª Extraordinária)	31	Afastamentos, Licenças e Equivalências: 12 Progressões, Promoções e Memorial Titular: 5 Recursos e Solicitações Discentes: 4 Eleições e Consultas (inclui Direção FACED): 4 Concursos Docentes e Seletivos: 2 Planos, Regimentos e Resoluções: 4	Atualização de resolução para eleições no âmbito da Faced Edital de eleições da Direção da FACED (Gestão 2026-2030): Aprovação do Edital e Resolução. Promoção para Professor Titular (Classe D) Aprovação do Plano de Extensão da Unidade (PEX FACED) e regramento para Concurso Público de Políticas Educacionais.
TOTAL	—	125	Total de 125 deliberações documentadas no período de 2022 a 2026.	

*Os dados apresentados referem-se aos processos tramitados no período de **01/09/2022 a 13/09/2026**.

Em suma, o volume e a diversidade das matérias deliberadas pelo CONFACED expressam a importância do nosso órgão máximo de decisão, reafirmando que as diretrizes e rumos da FACED foram traçados de forma transparente, descentralizada e pactuada coletivamente, fortalecendo a gestão democrática frente às complexidades do cotidiano acadêmico.

Tabela

2: Assembleias da FACED (2022-2026): quantitativos, pautas e encaminhamentos

Ano	Total	Tipo	Assuntos Tratados	Encaminhamentos
2023	4	1ª Assembleia de 2023	Alocação de vaga docente na Faced.	Discussão de diretrizes, critérios e parâmetros.
		1ª Assembleia Eleitoral Geral - Discentes	Eleição discente para o CONFACED e Assembleia da Faced (Edital DIRFACED nº 17/2023).	Seleção de 3 representantes para o CONFACED (mandato de 1 ano) e 8 para a Assembleia (mandato 2023-2025).
		1ª Assembleia Extraordinária de 2023	Criação de laboratório em Educação Especial e Inclusiva; Avaliação de ações, política e oferta de novas turmas/cursos em EaD.	Proposição e avaliação dos projetos na FACED.

		2ª Assembleia de 2023	Relatório da CPDIVERSA 2022; Apresentação preliminar da comissão sobre diretrizes para alocação de vaga docente (nova ou declinada por Núcleo Temático).	Repasse de informações da Comissão de Diversidade Sexual/Gênero e debate de critérios.
2024	3	1ª Assembleia de 2024	Diretrizes institucionais para curricularização da extensão nos cursos de licenciatura e bacharelado.	Socialização das contribuições e proposições dos Núcleos Temáticos.
		1ª Assembleia Eleitoral Geral - Docentes	Eleição de vaga vacante de representante docente no CONFACED (Edital DIRFACED nº 7/2024).	Substituição da docente para complementação de mandato (biênio 2024-2026).
		1ª Assembleia Extraordinária de 2024	Apresentação da Coordenação de Extensão; Princípios e práticas dos caminhos da Extensão Universitária.	Alinhamento de diretrizes de extensão.
2025	3	1ª Assembleia de 2025	Apresentação da Coordenação de Extensão e panorama da Extensão nos cursos de graduação da Faced.	Mapeamento e discussão dos caminhos da extensão universitária.
		1ª Assembleia Extraordinária de 2025	Papel da FACED na formação docente frente ao novo Projeto Institucional; Inteligência Artificial na UFU.	Definição de posicionamento e recomendações para uso ético e responsável de IA.

		2ª Assembleia de 2025	Plano de Extensão da Faced (PEX); Criação do Centro de Documentação, Memória e Educação da Faced.	Encaminhamento para deliberação no Confaced para aprovação/implantação das pautas.
2026	1	ASSEMBLEIA ESTUDANTIL DO CURSO DE PEDAGOGIA	Discussão sobre "Participação: por que e para quê?"	Organizada pelo DAPED - Espaço de informação, diálogo e debate acerca dos acontecimentos recentes envolvendo o Campus Pontal, das condições de funcionamento das universidades federais, dos impactos das políticas de financiamento da educação pública e das possibilidades de mobilização e participação estudantil.

Durante o período de greve dos TAEs, as assembleias agendadas não foram realizadas devido ao seu impacto na infraestrutura acadêmica e operacional. A ausência de suporte técnico inviabilizou a logística dos encontros, enquanto a indisponibilidade de intérpretes de Libras impediu a garantia de acessibilidade e a inclusão plena de toda a comunidade. Nesse sentido, foi assegurado o cumprimento do compromisso institucional de não realizar reuniões sem a participação de todos os segmentos e sem os recursos de acessibilidade necessários.

Acreditamos que o panorama das assembleias realizadas demonstra que a mobilização direta e a escuta, mais do que meros ritos formais, garantiram espaço de fala e decisão à comunidade, afirmando a assembleia como instância de resistência política e pactuação coletiva.

Tabela 3: Planejamento/Reuniões com coordenadores(as) de cursos e programas

Dimensão	Reuniões / Ações	Pautas e Problematisações Tratadas	Encaminhamentos/Status
Mobilização e Articulação Inicial	Reunião com coordenadores(as) de cursos e programas	Lançamento da proposta do "Ciclo de Debates"; Estratégias de mobilização do coletivo da Faced; Identificação de temas prioritários.	Definição da necessidade de criar um espaço orgânico de diálogo interno.
	Reunião com coordenadores(as) de cursos e programas	Ampliação do levantamento de temáticas estruturantes; Formato de escuta dos Núcleos Temáticos e Coordenações.	Mapeamento dos eixos temáticos centrais da Faced e de seus cursos.
	Reunião com coordenadores(as) de cursos e programas	Metodologia do Ciclo de Debates; Identidade do projeto em relação às Assembleias; Articulação com recepção de alunos e eventos.	Consenso sobre a dinâmica e escolha do tema da primeira atividade.
Eixos Temáticos Mapeados	Curricularização da Extensão	Concepções de extensão e normativas (UFU e Nacionais); Mapeamento do que a Faced já realiza.	Articulação direta da pauta na 1ª Assembleia de 2024 (28/03/2024).

	Educação Distância (EaD) ^a	Histórico, desafios e delimitação da posição da FAGED frente à EaD.	Articulação direta da pauta da Assembleia Promover reflexão coletiva para definição de posicionamento da Faculdade.
	Graduação e Pós-Graduação	Integração Graduação-Pós; Impacto social e reformas educacionais (Educação Básica x Ensino Superior). Aulas inaugurais e recepção unificada de ingressantes/veteranos/egressos; Participação institucional. Otimizar a cooperação entre os programas e cursos de graduação.	A proposta de otimizar a cooperação entre os programas e os cursos de graduação buscando ampliar a integração e debater o impacto social frente às reformas educacionais, não se concretizou plenamente. A efetivação dessa ação encontrou limites na necessidade de uma maior articulação entre os cursos e os programas, demonstrando que a consolidação de ações conjuntas e permanentes exige arranjos institucionais mais estreitos e fluxos contínuos de integração acadêmica que ainda precisam ser construídos.
	Inclusão e Acessibilidade	Perfil dos estudantes e avaliação participativa; Acompanhamento do trabalho relacionado aos conteúdos pedagógicos.	A proposta inicial de acompanhamento e formação em relação aos conteúdos pedagógicos não foi executada como um projeto geral amplo da faculdade. Em vez disso, essa pauta desdobrou-se em ações pontuais desenvolvidas diretamente no âmbito dos cursos de graduação em Pedagogia e Jornalismo. Nesses cursos, as atividades se voltaram ao acompanhamento específico dos estudantes matriculados e ao trabalho dos intérpretes de Libras alinhado aos seus respectivos conteúdos curriculares, adaptando-se às realidades e necessidades pedagógicas de cada graduação.

	Memória Faced	da Resgate da história dos cursos, produções, docentes e acervos (físico/digital). Proposição de registro sistemático da memória institucional.	Não se concretizou por falta de condições estruturais. A ausência de infraestrutura adequada, recursos técnicos e suporte operacional inviabilizou a implementação das etapas de organização, digitalização e preservação desse acervo conforme havia sido planejado inicialmente
Diretrizes e Encaminhamentos Gerais	Estrutura Orgânica e Metodologia	e Dinâmica: descentralização para que os Núcleos Temáticos e as Coordenações debatam as matérias internamente e, posteriormente, encaminhar suas sínteses e proposições consolidadas para a Faculdade. Envio prévio de materiais para subsídio.	Proposição de inclusão do projeto no PDI da UFU.

Ao insistirmos, durante um período de profícuo diálogo, em um movimento de articulações no âmbito das coordenações de cursos e programas buscamos dar materialidade a uma gestão que longe de um processo meramente burocrático, enfrentamos contradições, diagnosticamos limites estruturais e construímos saídas coletivas para o fortalecimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

Além disso, atuamos também nos órgãos deliberativos superiores e na construção coletiva de políticas transversais:

Tabela 4: Atuação no Nível Institucional (UFU)

Instância / Fórum de Atuação		Escopo Política-Acadêmico e Entregas
Consun / Conselho Universitário		Representação e defesa das pautas da Faced nos órgãos máximos de deliberação da UFU.
Pró-Reitorias Unidades Acadêmicas	e	Diálogo interinstitucional para resolução de fluxos administrativos, gestão de pessoal e construção de projetos interdisciplinares.
Debate Resolução 4/2024 (Licenciaturas)	da nº	Articulação e protagonismo pedagógico da Faced na condução de reuniões de trabalho junto às demais licenciaturas da UFU para debate da nova diretriz de formação de professores.
Coordenação Curso	do	Reuniões e acompanhamento específico para atender às demandas do curso e seu alinhamento institucional.

A representatividade da Faced estendeu-se para além dos muros da UFU, garantindo voz à Faculdade em discussões nacionais sobre educação, política de formação docente e gestão universitária:

- **Fórum Nacional de Diretores de Unidades Acadêmicas de Educação (FORUMDIR):** Participação em reuniões nacionais e regionais, contribuindo diretamente para o debate de políticas públicas, diretrizes

curriculares nacionais e o papel das Faculdades de Educação na formação de professores e professoras.

- **Outras Associações e Fóruns Nacionais:** Presença em **encontros e reuniões** junto a entidades da área educacional ANPAE, ANFOPE e ANPED, fortalecendo o posicionamento institucional da FAGED no cenário educacional brasileiro.

Paralelamente às agendas institucionais (presenciais e remotas), a gestão administrativa, com o apoio essencial da secretaria, tramitou diversos processos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI). A distribuição detalhada dessas demandas por tipo, categoria e tema encontra-se apresentada na Tabela 5.

Tabela 5: Síntese da Carga Operacional Administrativa (SEI)

Tipo	Subtipos de processos	Soma de Quantidade *
Administração Geral	Documentos específicos	1692
	Ações Judiciais	5
	Acordos	17
	Agradecimentos. Convites. Felicitações. Pêsames	63
	Ajustes	13
	Apresentação. Recomendação	1
	Auditoria	2
	Comunicados e Informes	535
	Congressos. Conferências. Seminários. Simpósios. Encontros. Convenções	15
	Contratos	6
	Convênios	2
	Estudos	4
	Normas	15
	Pedidos, Oferecimentos e Informações Diversas	942
	Planejamento, Programação, Discursos, Palestras e Trabalhos Apresentados	1
	Planos	35
	Programas	15
	Projetos	12
	Projetos de Trabalho	2
	Protestos. Reivindicações. Sugestões. Denúncia	1
	Relatórios de Atividades	5
	Solenidades e Homenagens (Honoris Causa)	1
Cursos de Extensão	Documentos específicos	12
	Proposição	12
Documentação e Informação	Documentos específicos	160
	Análise. Avaliação. Seleção	4
	Assistência Técnica Arquivística	2
	Assistência Técnica Informática	21
	Consultas e Empréstimos de Documentação Arquivística	1
	Editoração. Programação Visual	5
	Normas e Manuais	2
	Planos e Projetos	9
	Produção de Documentos. Levantamento. Fluxo Protocolo	2
	Transferência. Recolhimento	109
		5
Extensão	Documentos específicos	2
	Regulamentação	2
Graduação	Documentos específicos	563
	Assentamentos Individuais dos Alunos (Dossiês dos Alunos)	173

	Autorização de Curso (Inclusive na modalidade a distância)	1
	Avaliação de Aluno - Recursos e Segunda Chamada	3
	Calendário Acadêmico (Inclusive na modalidade a distância)	6
	Colação de Grau	24
	Criação de Cursos (Inclusive na modalidade a distância)	1
	Disciplinas - Programas Didáticos (Inclusive na modalidade a distância)	73
	Dispensa e Aproveitamento de Disciplinas	6
	Estágios não obrigatórios	11
	Estágios Obrigatórios. Oferta de Disciplinas (Inclusive na modalidade a distância)	55
	Estrutura do Currículo (Grade ou Matriz Curricular inclusive na modalidade a distância)	1
	Histórico Escolar	1
	Integralização Curricular	4
	Matrícula - Aluno Especial	12
	Matrícula - Mandado Judicial	1
	Matrícula em Disciplinas	52
	Matrícula Semestral em Disciplinas	43
	Mobilidade Internacional	3
	Monitorias	11
	Monitorias - Processo de Seleção	3
	Outras formas de Ingresso - Mandado Judicial	1
	Programa de Educação Tutorial - Seleção e Inclusão de Estudantes	1
	Programas de Iniciação à Docência	5
	Projeto Pedagógico dos Cursos (Inclusive na modalidade a distância)	32
	Prorrogação de prazo para Conclusão do Curso	1
	Recurso Contra Exclusão (Inclusive Prorrogação de Prazo)	1
	Reformulação Curricular (Inclusive na modalidade a distância)	25
	Regime Domiciliar Aluno Portador de Afecções	2
	Registro de Notas e Frequência	1
	Revalidação de Diploma	9
	Transferência Voluntária ou Facultativa	1
Lato Sensu	Documentos específicos	69
	Criação de Cursos	11
	Histórico Escolar	6
	Inscrições Pós-Graduação (Processo de Seleção)	16
	Integralização Curricular	2
	Matrícula	1
	Matrícula em Disciplina	2
	Oferta de Disciplinas	13
	Planejamento da Atividade Acadêmica	2
	Projeto Pedagógico dos Cursos	10
	Registro de Certificado	2
	Rendimento e Frequência	4
Material	Documentos específicos	352
	Aquisição por Compra de Material de Consumo (Inclusive Licitação)	1
	Aquisição por Compra de Material Permanente (Inclusive Licitação)	2

	Aquisição por Doação ou Permuta de Material Permanente	40
	Aquisição por Empréstimo ou Cessão de Material Permanente	4
	Autorização de Saída de Material	103
	Cessão. Doação. Permuta de Material de Consumo	1
	Confecção de Impressos	5
	Especificação. Padronização. Codificação. Previsão. Catálogo. Identificação. Classificação	3
	Inventário de Material de Consumo	1
	Inventário de Material Permanente	2
	Permuta de Material	6
	Recolhimento de Material ao Depósito	95
	Termos de Responsabilidade (Inclusive RMB ou RMBM)	79
	Transporte de Material	10
	Orçamento e Documentos específicos	63
Finanças	Descentralização de Recursos (Distribuição Orçamentária)	22
	Diárias, Passagens	15
	Normas, Regulamentos, Diretrizes, Procedimentos, Estudos e/ou Decisões Gerais	2
	Pagamento a Pessoa Jurídica	22
	Prestação de Contas	1
	Receita	1
	Organização e Documentos específicos	53
	Comissões. Conselhos - Atos de Criação, Atas e Relatórios	4
	Comissões. Conselhos. Grupos de Trabalho. Juntas. Comitês	7
	Despachos	1
	Diretrizes	7
	Divulgação Interna	1
	Estatutos	1
	Estruturas	6
	Estudos e/ou Decisões de Caráter Geral	4
	Organogramas	10
	Procedimentos	2
	Regimentos	3
	Reuniões	7
	Patrimônio e Documentos específicos	74
	Abastecimento. Limpeza. Manutenção. Reparo	5
	Bens Imóveis - Projetos e Plantas	1
	Inventário (Inclusive RMBI)	1
	Manutenção de Ar-Condicionado (Inclusive Licitação)	33
	Normas, Regulamentos, Diretrizes, Procedimentos, Estudos e/ou Decisões de Caráter Geral	31
	Obras de Reforma e Recuperação de Imóveis (Inclusive Licitação)	3
	Pesquisa e Documentos específicos	1
	Regulamentação	1
Pessoal	Documentos específicos	968
	Ação de Desenvolvimento em Serviço	12
	Adicional Noturno	2
	Afastamento para Estudo ou Missão no Exterior	5

	Afastamento para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	40
	Afastamento Pós-Graduação Exterior / Professor Visitante	71
	Alteração do local de exercício	1
	Assentamentos Individuais. Atualização Cadastral	1
	Assentamentos Individuais. Cadastro	118
	Assentamentos Individuais. Faltas e Atrasos	4
	Assistência à Saúde. Planos de Saúde - Comprovantes de Pagamento	18
	Autorização de Afastamento no País	1
	Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório	13
	Cessão	1
	Concurso Público - Bancas, Editais, Exemplares de Provas, Gabaritos, Resultados e Recursos	29
	Contratação	43
	Controle de Frequência	4
	Designação de Chefia	23
	Exercício Provisório	2
	Exoneração	1
	Férias	33
	Gratificação de Função	1
	Gratificação por Encargo - Curso/Concurso	6
	Greves e Paralisações	5
	Jornada de Trabalho	29
	Licença Gestante	4
	Licença para Capacitação	49
	Licença Para Tratamento de Interesses Particulares	1
	Licença Prêmio por Assiduidade	1
	Licença Tratamento de Saúde (Perícia Médica)	5
	Movimentação de Pessoal	1
	Nomeação	5
	Normas	8
	Outros Descontos	3
	Prestação de Serviço de Colaboradores e Autônomos (Inclusive Licitações)	47
	Processo Eleitoral	35
	Programa de Gestão	15
	Progressão Docente	88
	Progressão por Capacitação	6
	Promoção Docente	56
	Reconhecimento de Saberes e Competências	3
	Redistribuição	28
	Remoção	57
	Retribuição por Titulação	3
	Substituição	21
	Transportes para Servidores	68
	Vacância por posse em outro cargo inacumulável	1
Projetos de Pesquisa	Documentos específicos	46
	Proposição	30
	Resultados	16
Stricto Sensu	Documentos específicos	117
	Credenciamento para Colaboração	7
	Criação de Cursos ou Programa	1

	Disciplinas - Programas Didáticos	1
	Dissertação e Tese	2
	Expedição de Diploma	1
	Histórico Escolar	1
	Matrícula Semestral em Disciplina	4
	Oferta de Disciplinas	43
	Orientações	39
	Planejamento	4
	Processo de Seleção	4
	Recursos	6
	Reformulação Curricular (Inclusive Criação de Novas Áreas de Concentração)	4
Comunicações	Documentos específicos	1
	Normas, Regulamentações, Diretrizes, Procedimentos, Estudos e/ou Decisões Gerais	1
Projetos de Extensão	Documentos específicos	2
	Proposição	2
Assistência Estudantil	Documentos específicos	6
	Normatização	6
Eventos de Extensão	Documentos específicos	14
	Divulgação	13
	Inscrição	1
Iniciação Científica	Documentos específicos	8
	Cadastramento de Bolsistas	8
Total Geral		4203

*Os dados apresentados referem-se aos processos tramitados no período de **01/09/2022 a 13/09/2026**.

Importante destacar que a dimensão e a fluidez dos processos administrativos no SEI explicitam o suporte material contínuo e a dedicação do corpo técnico-administrativo da FAGED. Acreditamos que eficiência na gestão dos fluxos não apenas viabilizou as atividades acadêmicas, mas garantiu a lisura, a celeridade e a transparência indispensáveis ao interesse público.

4. Gestão orçamentária e financeira (2022-2026)

I. Diretrizes Norteadoras: ética pública e transparência

A condução da política financeira e orçamentária da Faculdade de Educação (FAGED/UFU) ao longo do quadriênio de gestão (setembro de 2022 a agosto de 2026) pautou-se rigorosamente pelos princípios que regem a Administração Pública, preconizados no artigo 37 da Constituição Federal: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Diante de um cenário estrutural de retração orçamentária e crise do financiamento das Universidades Federais, a sustentabilidade da FAGED impôs uma gestão atenta às determinações materiais concretas que condicionam o cotidiano acadêmico. Distante de uma neutralidade tecnocrática, a condução financeira pautou-se pelos princípios da transparência pública e do controle social, assumindo a prestação de contas não como mero rito burocrático, mas como mediação política indispensável. Nesse espaço de contradição e disputa, a publicização da execução dos recursos funcionou como instrumento de apreensão da totalidade orçamentária pela comunidade, fortalecendo a resistência coletiva em defesa da universidade pública.

No plano regulatório interno, o rigor na aplicação dos dinheiros públicos teve como esteio a Resolução DIRFAGED nº 1, de 19 de abril de 2021, que estabelece critérios objetivos e isonômicos para a concessão de ajudas de custo (diárias, passagens e inscrições em eventos para docentes e TAEs). A observância a esta resolução garantiu:

1. A impessoalidade no deferimento dos auxílios de mobilidade acadêmica e representação institucional;

2. A eficiência na alocação, impedindo o esgotamento precoce de rubricas e priorizando o apoio integral dentro do teto de custeio disponível;
3. A isonomia e democratização das condições de trabalho, integrando o suporte orçamentário entre o corpo docente da graduação e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED).

II. A Evolução do Orçamento e da Execução Financeira (2022-2026)

A análise histórica do quadriênio evidencia a alternância entre períodos de contingenciamento e esforços internos de recomposição orçamentária e otimização de recursos. Cabe destacar que a definição dos valores alocados anualmente à Faculdade de Educação não é arbitrária: ela deriva diretamente do orçamento geral aprovado para a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) na Lei Orçamentária Anual (LOA) e da posterior aplicação da Matriz de Orçamento, Custeio e Capital (Matriz OCC) pela Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD).

Essa distribuição considera indicadores institucionais específicos de cada Unidade Acadêmica, tais como número de estudantes matriculados, carga horária docente, oferta de cursos e produção científica, determinando o teto orçamentário proporcional que cabe à FACED a cada exercício. É a partir dessa delimitação que a Unidade exerce sua autonomia de gestão para planejar e executar os recursos públicos recebidos. Como sintetizado na Tabela 1, o panorama geral da execução orçamentária no período de 2022 a 2026 demonstra o comportamento dos recursos destinados à Unidade, evidenciando os períodos de retenção/contingenciamento, os esforços de recomposição interna e a projeção para o encerramento do quadriênio:

TABELA 6: Panorama geral da execução orçamentária da FACED (2022-2026)

Exercício	Previsão / Dotação Inicial	Orçamento Ajustado / Pós-Corte ou Acréscimo	Valor Efetivamente Executado	Observações / Marcos Principais
2022	R\$ 251.449,91	R\$ 251.449,91	R\$ 171.081,69	Remanejamento de R\$ 38.542,01 para Almoxarifado Catálogo (Anualidade).
2023	R\$ 180.817,91	R\$ 218.491,38	R\$ 197.690,52	Neste ano tivemos um crédito suplementar de 37.673,47 da Matriz orçamentária
2024	R\$ 218.621,59	R\$ 218.621,59	R\$ 163.752,76	Recebimento de 36 CPUs fora da Matriz Orçamentária (Renovação Patrimonial).
2025	R\$ 243.116,17	R\$ 170.352,65	R\$ 152.357,48	Aplicação de corte linear de 30% (Matriz OCC / CONDIR).
2026	R\$ 239.012,30	R\$ 239.012,30	<i>Em execução</i>	Previsão inicial sem indicativo de contingenciamento.

Sob a regulação superior indicada acima, exercemos na FACED a autonomia alocando as cotas orçamentárias recebidas em categorias operacionais específicas, garantindo o equilíbrio entre o custeio administrativo, a manutenção da infraestrutura e o fomento às atividades acadêmicas. É fundamental ressaltar que a distribuição orçamentária é estruturada a partir de percentuais previstos por categoria, conforme detalhado na Tabela 2.

Além disso, cumpre salientar que a gestão orçamentária pública é submetida a travas normativas rigorosas e que nem todas as rubricas admitem remanejamento livre entre si. A transposição de recursos entre despesas de custeio (como insumos e passagens) e despesas de capital/investimento (como bens permanentes), ou entre rubricas com destinações vinculadas específicas, depende de regras estritas da PROPLAD e de aprovações institucionais. Essa limitação normativa exige da gestão um planejamento para evitar o desabastecimento de setores essenciais da Unidade.

TABELA 7: Detalhamento do planejamento e distribuição orçamentária da FACED (2022-2026)

Categoria da Despesa / Rubrica	Percentual previsto (%)	Finalidade/Destinação da Verba
Almoxarifado Catálogo	25,82%	Suporte Acadêmico e Administrativo Geral
Almoxarifado Frota (Motoristas e Viagens)	23,01%	Logística, Transporte e Deslocamentos
Diárias Nacionais	16,64%	Mobilidade Acadêmica e Representação Institucional
Passagens Nacionais	11,71%	Deslocamentos para Eventos e Reuniões Acadêmicas
Conservação do Espaço Físico	10,45%	Manutenção de Infraestrutura e Prédios da Unidade
Manutenção de Equipamentos	5,36%	Conservação de Máquinas e Ar-condicionado
Material Permanente	4,18%	Investimentos em Mobiliário e Bens Duráveis
Almoxarifado Central	2,51%	Insumos de Consumo e Expediente
Diárias para Colaborador Eventual	1,46%	Suporte a Convidados Externos e Eventos
Almoxarifado Gráfica	0,84%	Serviços Gráficos e Impressões Institucionais
Outras Rubricas (Serviços PF/PJ, Gases, CTIC)	0,84%	Previsão Zerada no Exercício

No âmbito da FAGED, a aplicação do recurso desdobrou-se a partir dos princípios constitucionais da Administração Pública, em especial a transparência, a eficiência e a impessoalidade. Em relação à concessão de auxílios financeiros para participação em eventos, nos pautamos no cumprimento da Resolução DIRFAGED nº 1, de 19 de abril de 2021. Ao regulamentar os critérios formais para a concessão de diárias, passagens e auxílios para eventos científicos ou de representação institucional, a norma interna atuou como um mecanismo de justiça distributiva, orientado pelos princípios da isonomia e da democratização das condições de trabalho.

Essa diretriz ganhou concretude na relação com o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED). O constante diálogo com a coordenação do programa foi decisivo para integrar e otimizar o suporte orçamentário entre o corpo docente da graduação e da pós-graduação. Como os pesquisadores credenciados no PPGED contavam com vias prioritárias de fomento e orçamento próprio para mobilidade, a pactuação coletiva permitiu direcionar o orçamento ordinário da FAGED para atender, também, os não vinculados ao programa, garantindo que o apoio acadêmico não se restringisse a um grupo específico, mas alcançasse a faculdade em sua totalidade.

Dessa forma, conseguimos assegurar que as limitações impostas pela matriz orçamentária institucional não resultassem em privilégios individuais, mas na otimização coletiva do orçamento em prol das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Foi justamente em função dessa margem orçamentária reduzida e da escolha política por democratizar o atendimento no plano nacional que não foi possível contemplar demandas por diárias e passagens internacionais. Frente ao montante global destinado à Unidade e ao teto percentual de cada rubrica, o custeio de deslocamentos ao exterior comprometeria desproporcionalmente o saldo financeiro, inviabilizando o suporte contínuo à ampla maioria da comunidade acadêmica no país.

Ademais, em atendimento ao princípio da anualidade orçamentária, que impede a transposição de saldos não liquidados para o exercício financeiro subsequente, a gestão realizou avaliações das sobras orçamentárias ao final de cada ano. Com o objetivo de evitar a perda do teto orçamentário e assegurar a máxima eficiência na aplicação dos recursos públicos, foram solicitados e pactuados junto à PROPLAD/UFU, ao final de cada período de execução orçamentária, os remanejamentos possíveis entre as rubricas da Unidade.

Cabe ressaltar que o saldo remanescente registrado no exercício de 2022 justificou-se, pelo contexto de retorno do período de isolamento social, em decorrência da Pandemia de Covid 19; o exíguo intervalo temporal entre a posse desta gestão (setembro de 2022) e o prazo limite estipulado no cronograma de encerramento do

exercício financeiro estabelecido pela PROPLAD. Tal limitação temporal reduziu a margem de empenho e execução completa das despesas planejadas no período.

Em relação aos demais exercícios, as sobras orçamentárias residuais decorreram de vedações regulatórias da própria administração pública, a saber, as restrições normativas à transposição livre entre diferentes categorias de despesa (como a impossibilidade de conversão de custeio para capital sem autorização específica) e a ausência de demandas internas passíveis de enquadramento legal nas rubricas com saldo disponível no encerramento do ano orçamentário.

Paralelamente à execução orçamentária ordinária, o exercício de 2024 foi marcado por expressivos esforços da gestão voltados à modernização das condições materiais de trabalho e à melhoria da infraestrutura física da FAGED. Entre as ações prioritárias, destacamos o planejamento e a instalação gradual de aparelhos de ar-condicionado em laboratórios, na sala do Programa de Educação Tutorial (PET) e em gabinetes docentes. O cronograma atendeu a um mapeamento fundamentado em laudos técnicos de capacidade elétrica e térmica da Unidade, estipulando a meta de instalação de dois a três equipamentos por ano. O ritmo de execução segue condicionado à disponibilidade orçamentária, à oferta de itens no catálogo oficial e à vigência dos contratos de instalação da UFU.

No âmbito da renovação dos computadores, a gestão atuou de forma articulada junto à PROPLAD e ao Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC), **viabilizando a captação e a incorporação de 36 novas CPUs**. Cabe destacar que esses equipamentos foram disponibilizados fora da Matriz Orçamentária da Unidade, sendo concedidos com base no percentual de participação da FAGED na matriz global da universidade, cuja ordem de distribuição foi definida mediante sorteio institucional no qual a Unidade obteve a 9ª colocação.

Essa renovação tecnológica foi conduzida com rigoroso controle patrimonial e observância às normas da UFU. Em conformidade com as diretrizes estabelecidas, adotamos a sistemática de substituição paritária, na qual o recebimento de cada CPU nova esteve condicionado ao recolhimento e tombamento de um equipamento antigo. As máquinas recolhidas foram submetidas à triagem técnica do CTIC para a devida baixa patrimonial dos bens obsoletos ou, no caso dos computadores passíveis de atualização, para recuperação e posterior reinserção no catálogo de reuso de equipamentos da UFU.

Em suma, a condução da política financeira da FAGED ao longo do quadriênio evidencia que, mesmo diante das contradições e das determinações materiais impostas pela escassez de recursos e por contingenciamentos, como o corte de 30% em 2025, a gestão não se furtou ao dever ético-político de assegurar os princípios da Administração Pública. Contudo, cumpre registrar que o limite da questão orçamentária interna foi atingido, pois a ausência de aporte suplementar para demandas operacionais de pequeno porte, frequentemente invisibilizadas, mas essenciais para a manutenção cotidiana do prédio e dos laboratórios, comprometeu a margem de manobra da Unidade. Torna-se, portanto, evidente a recomposição do orçamento global da faculdade, sob o risco de inviabilizar ações ordinárias e essenciais que garantem a sustentabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

4. Considerações Finais: contradições do presente e horizontes possíveis

Encerrar o quadriênio de gestão (2022–2026) e confrontar as metas assumidas no programa inicial com a realidade efetivamente construída desperta um sentimento dialético. E é neste contexto que o presente relatório constitui-se não apenas como **autoavaliação institucional**, mas como um **registro de memória** e um esforço para balizar percursos que exigiram constante revisão, aprofundamento e redirecionamento.

Por um lado, prevalece a consciência de um empenho incansável na gestão cotidiana para destravar fluxos, garantir a infraestrutura operacional e assegurar o compromisso inegociável com o ensino público, gratuito e de qualidade social. Por outro lado, contudo, a própria materialidade das condições enfrentadas deixa a nítida percepção de que muito ainda precisa ser feito. Revela-se, assim, o teto concreto que a escassez de recursos, imposta por cortes orçamentários e pelas amarras neoliberais do contexto nacional recente impôs às utopias e aos projetos institucionais.

Essa contradição manifestou-se expressamente no desenvolvimento de uma política interna de diversidade, inclusão e no fortalecimento do tripé acadêmico. Se a afirmação do respeito às questões étnico-raciais e de gênero ocorreu na prática cotidiana por meio de posicionamentos e ações pontuais, faltou fôlego institucional e

condições materiais para convertê-las em uma política na Unidade. Da mesma forma, embora tenhamos mantido uma atuação combativa e propositiva nos espaços de representação, inclusive com a ocupação de instâncias de representação em fóruns nacionais, torna-se urgente fortalecer e ampliar essa presença política para fazer frente aos retrocessos nas políticas públicas de formação de professores(as).

No fomento à pesquisa e à extensão, a tentativa de viabilizar a curricularização da extensão e o necessário suporte a discente e docente esbarraram nas limitações financeiras e no esvaziamento dos espaços da FAGED, que se acirrou no pós-pandemia. Ademais, a almejada articulação estratégica com os canais institucionais de comunicação acabou inviabilizada pelas contingências e pelo teto orçamentário.

Em relação às dinâmicas organizacionais e à infraestrutura, a distância entre a intenção programática e a concretização prática revelou diferentes ritmos. Embora a escuta da comunidade tenha se mantido viva nos colegiados e conselhos, a criação de espaços sistemáticos de diálogo exclusivo com discentes e técnicos-administrativos não se consolidou como uma rotina fixa da Direção, um passo indispensável no combate à evasão e no fortalecimento da gestão democrática como trabalho coletivo.

No campo tecnológico, a incorporação de recursos digitais ao ensino presencial e a distância sofreu atrasos decorrentes do contingenciamento de verbas de capital para a modernização de laboratórios e redes, exigindo uma repactuação que ultrapassa os limites objetivos da Unidade. Por fim, o fortalecimento dos Núcleos temáticos como fóruns centrais do trabalho acadêmico avançou de forma desigual, demandando uma reorganização dos tempos e calendários institucionais.

Admitir essas lacunas e contradições não fragiliza o balanço da gestão, ao contrário, reafirma a transparência e indica a pauta prioritária para a continuidade da luta. Reiteramos que o enfrentamento das dificuldades só foi possível graças ao engajamento de pessoas dos diferentes segmentos, à práxis dialógica e ao compromisso ético do corpo docente, técnico-administrativo e discente. Os pontos não consolidados não representam o fim de um ciclo, mas se colocam como diretrizes e diagnósticos para que a próxima gestão siga na defesa intransigente de uma Universidade pública, inclusiva, plural e socialmente referenciada. Afinal, admitir os limites do presente não é recuo, mas condição para transformar a realidade, atitude de quem recusa a resignação e cultiva essa "*estranha mania de ter fé na vida*" como imperativo ético e político. É a partir dessas reflexões que entregamos este balanço, convictas de que a resistência e a construção da universidade pública continuam sendo uma tarefa coletiva e ininterrupta.

Referências:

ARAÚJO, M. C. M. **Gestão escolar**. Curitiba: Iesde, 2009.

BARROSO, João. **Políticas educativas e organização escolar**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2005.

_____. O estudo da autonomia da escola: da autonomia decretada à autonomia construída. In BARROSO, João. **O estudo da Escola**. Porto: Porto Ed., 1996 a.

LIMA, Licínio C. **A Escola Como Organização Educativa**. São Paulo: Cortez, 2001.

PARO, Vitor Henrique. **Por dentro da escola pública**. 4. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2016. 400 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Conselho Diretor. **Resolução CONDIR nº 30, de 07 de agosto de 2023**. Estabelece o modelo de distribuição de recursos de Outros Custeios e Capital – OCC entre as Unidades Acadêmicas da Universidade Federal de Uberlândia, e dá outras providências. Uberlândia: CONDIR/UFU, 2023. Disponível em: <https://proplad.ufu.br/legislacoes/resolucao-condir-no-30-de-07-de-agosto-de-2023-0> Acesso em: 31 jul. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Conselho Universitário. **Resolução CONSUN nº 21, de 29 de novembro de 2021**. Aprova o Regimento Interno da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, e dá outras providências. Uberlândia: CONSUN/UFU, 2021. Disponível em: <https://faced.ufu.br/legislacoes/resolucao-consun-no-21-de-29-de-novembro-de-2021> Acesso em: 31 jul. 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Simone Ferraz Pereira, Diretor(a)**, em 14/08/2026, às 15:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7546346** e o código CRC **69525BE6**.

Referência: Processo nº 23117.041893/2022-55

SEI nº 7546346